

Projeto: Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PROADAPTA

PN: 15.9060.3-001.00

Termo de Referência (TdR)

Apoio na fundação do Painel de Salvador da Mudança do Clima

1. Introdução

Impactos da mudança do clima já são observados na atualidade. De acordo com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), já se têm registro da intensificação e do aumento da frequência de eventos extremos no Brasil nos últimos anos. Em algumas regiões do país, precipitações violentas provocaram deslizamentos, enchentes e inundações. Em outras, períodos de seca extrema comprometeram o abastecimento de água, a produção agrícola e a geração de energia. Nas regiões costeiras, o aumento do nível do mar associado às tempestades e ventos fortes causaram danos às infraestruturas e prejuízos socioeconômicos em diversos municípios. Em resumo, os efeitos adversos da mudança do clima impactam os sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura.

Paralelamente, além dos riscos climáticos, os municípios têm enfrentado as consequências do rápido processo de urbanização ocorrido no país nos últimos 50 anos. Com esse processo, novos desafios foram postos aos gestores públicos locais e tomadores de decisão como, por exemplo, conciliar o desenvolvimento e a expansão das cidades com a conservação ambiental para redução da vulnerabilidade e da exposição da população aos efeitos da mudança do clima.

Visando subsidiar os diferentes níveis de governo no acesso a metodologias e informações adequadas para a realização de análises de vulnerabilidade, a gestão do risco e a elaboração de medidas de adaptação, o governo federal desenvolveu o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA, 2016), instrumento que visa a redução do risco climático do país e implementação da Agenda Nacional de Adaptação.

Nesse contexto, foi desenvolvido, no âmbito da Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha, o projeto “Apoio ao Brasil na implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (ProAdapta)”, que visa contribuir para o aumento da resiliência climática do

Brasil por meio da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Deste modo, por um lado o Ministério do Meio Ambiente é fortalecido em sua função de coordenação. Por outro lado, nos setores, estados e municípios selecionados são desenvolvidas capacidades para que políticas públicas, métodos e instrumentos para a transversalização (*mainstreaming*) da adaptação à mudança do clima, bem como medidas replicáveis de adaptação, possam ser implementados. Paralelamente o projeto promove, por meio de medidas de sensibilização, a adaptação do setor privado e da sociedade civil à mudança do clima. Finalmente, as lições aprendidas do projeto são disseminadas tanto em nível nacional como internacional.

O projeto ProAdapta foi objeto de um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Alemanha, que resultou em uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil - (MMA) e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha - (BMUB). A agência implementadora do projeto é a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. No âmbito desta iniciativa, o ProAdapta visa fornecer apoio técnico aos parceiros selecionados, em temas relacionados aos objetivos listados acima, por meio de atividades, tais como: assessoria técnica, consultorias especializadas, estudos, realização/apoio/participação em eventos, capacitações, intercâmbio de experiências, comunicação e sensibilização, entre outros.

Em relação à sua abordagem junto aos Estados e Municípios, o ProAdapta possui como objetivo apoiar a consideração dos riscos climáticos nas políticas e estratégias locais e a implementação de medidas de adaptação inovadoras. Dentro deste escopo, as seguintes atividades poderão ser apoiadas pelo projeto, conforme a demanda:

1. Levantamento dos processos e procedimentos administrativos no setor público, relevantes para a adaptação, com vista para a necessidade de avaliações do risco climático;
2. Elaboração de análises de impacto e vulnerabilidade, de acordo com a demanda, como base para a identificação das necessidades de adaptação;
3. Realização de análises (econômicas) dos riscos (danos e prejuízos abruptos e gradativos) da mudança do clima, bem como do custo/benefício da adaptação;
4. Realização de análise dos pontos de entrada para a adaptação, p. ex. nas políticas, planos e programas de incentivos existentes; apoio à consideração dos riscos climáticos /medidas de adaptação nos respectivos processos; utilização de medidas de AbE.
5. Apoio à inserção da adaptação em planos, estratégias e políticas, conforme demanda e por meio de contribuições de especialistas;

6. Realização de medidas piloto de gestão de riscos climáticos nos processos de planejamento em nível estadual e municipal;
7. Articulação, apoio e sistematização de medidas de adaptação piloto inovadoras e replicáveis; e
8. Eventos para troca de experiências.

2. Contexto

O PNA envolve um conjunto de estratégias setoriais com importante sinergia com as políticas e instrumentos de gestão municipal. Nesse sentido, destaca-se a estratégia para cidades e para o clima urbano, que tem características específicas. O clima urbano e seus elementos, tais como temperatura, umidade, radiação e vento, são diretamente influenciados pela urbanização e configura microclimas peculiares às cidades. Esse microclima é o resultado das transformações sucessivas para a construção de infraestruturas urbanas e da redução da cobertura vegetal do solo. Todos esses fatores contribuem para o aumento da temperatura nas cidades e para a formação de ilhas de calor, característica universal do clima urbano, além dos fenômenos inversão térmica.

O microclima urbano tem forte impacto na saúde das populações urbanas, cujo percentual é de 76% no Brasil, conforme dados do IBGE de 2017. Do ponto de vista dos ecossistemas, esses impactos envolvem o conjunto de processos provedores de serviços ambientais necessários à qualidade de vida nas cidades.

No caso de Salvador, capital do estado da Bahia, com mais de 2,9 milhões de habitantes, é o município mais populoso do Nordeste e o terceiro do Brasil. De acordo com o estudo "População em Áreas de Risco no Brasil" de 2018 do IBGE, Salvador apresenta o maior contingente de população em áreas de risco, tanto na Região Nordeste quanto no Brasil, contabilizando 1 217 527 habitantes (45,5 % da população total do município) (IBGE 2018).

Ao mesmo tempo, é mais vulnerável aos efeitos da mudança do clima, em especial ao aumento do nível do mar, mas também a eventos como fortes chuvas, tempestades, inundações e erosão costeira, que causa destruição e impactos à infraestrutura do município, de acordo com o "Estudo de Impacto, Vulnerabilidade e Adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças climáticas" de 2016, do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC),

A Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) está trabalhando no tema de riscos climáticos, em particular a Diretoria de Resiliência Municipal, que faz parte da Secretaria Cidade Sustentável (SECIS). A Defesa Civil, que também faz parte da SECIS, desempenha um papel importante neste tema. Salvador se candidatou a ser parte das 100 Cidades Resilientes apoiadas pela Fundação Rockefeller – iniciativa que tem como objetivo construir a Estratégia de Resiliência do

Município. O foco da Estratégia de Resiliência é a promoção do desenvolvimento Sustentável para diminuição da desigualdade social – considerado como maior estresse crônico da Cidade.

A Estratégia encontra-se na fase 2 do projeto, que consiste no aprofundamento das pesquisas para definição de iniciativas que deverão acontecer na fase 3. Em paralelo, o Município está no processo licitatório para contratação de empresa para elaborar o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (PMAMC). As duas iniciativas são sinérgicas e deverão apresentar atividades complementares. No âmbito do conjunto de iniciativas relativas à sustentabilidade, resiliência e mudança do clima, encontra-se em fase de preparação o edital para o Plano Municipal de Saneamento e Resíduos Sólidos. Existe um esforço do Município no sentido de promover estudos capazes de servir como base para políticas públicas eficazes no que se refere ao desenvolvimento sustentável, mudança do clima, e resiliência.

No processo de desenvolvimento de capacidades municipais para lidar com os riscos climáticos, já existe uma conscientização de que as mudanças climáticas podem afetar as provisões de água e da energia, a infraestrutura e o transporte, os sistemas de drenagem, a saúde humana, e a distribuição de alimentos. Dessa forma, se faz necessário que as soluções para lidar com as mudanças climáticas sejam desenvolvidas conjuntamente com as soluções de infraestrutura urbana. Existe também o claro entendimento que o desenvolvimento de setores econômicos precisa incluir como dimensão fundamental o meio ambiente e os impactos presentes e futuros causados pela mudança climática. Nesse sentido, destaca-se a importância do turismo em Salvador, que é uma cidade cuja economia baseia-se na prestação de serviços, sendo o turismo uma das suas principais atividades econômicas.

A fim de desenvolver uma abordagem eficiente e coordenada de diferentes políticas setoriais para lidar com as consequências da mudança do clima em Salvador, está prevista a criação do Painel da Mudança do Clima à nível municipal. No contexto do painel deve ser gerado conhecimento e informações sobre a mudança do clima, riscos e vulnerabilidades. Isso deve permitir que os tomadores de decisão integrem a gestão de impactos gerados em consequência da mudança do clima em suas próprias atividades de planejamento, e contribuam para a cooperação entre os diferentes campos de ação nas áreas prioritárias.

3. Objetivos

Objetivo Geral:

O objetivo geral do presente TdR é apoiar a criação do Painel de Salvador da Mudança do Clima que possa subsidiar a gestão municipal por meio de discussões das questões municipais relacionadas à mudança do clima, seus efeitos e necessidades de iniciativas para

adaptação e mitigação no âmbito do Município de Salvador. A exemplo de outras estruturas de forma internacional, nacional e/ou municipal, o painel de Salvador vai ter como objetivo principal reunir, sintetizar e divulgar o conhecimento mais avançado sobre a mudança do clima apontando suas causas, efeitos e riscos para a cidade de Salvador e seu meio ambiente, sugerindo maneiras de lidar com os problemas e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da cidade.

O painel deverá ser presencial: 1) através de um grupo de colaboradores; 2) através da realização de eventos anuais ou bianuais.

Objetivos específicos e Atividades principais:

Para o cumprimento do objetivo geral, será necessário o cumprimento das seguintes responsabilidades e atividades:

Objetivo específico 1: Apoiar na Modelagem do Painel de Salvador da Mudança do Clima (*Produto 1*)

- Assessorar a PMS na criação de um modelo de Painel Municipal de Mudança do Clima em correlação com a gestão municipal, apoiar na elaboração da estrutura dele e com as devidas adaptações, pode ser realizado ao enfoque municipal.
Deve ser incluído a indicação dos grupos participantes, temas setoriais, a identificação de participantes, a forma de gestão, e a forma de manutenção do Painel.
Deverá ser incluído no Painel a previsão de evento anual ou bianual, bem como sugestão de ações e iniciativas decorrentes do evento que possam ser continuadas.

Objetivo específico 2: Preparação e gestão do evento inaugural do Painel de Salvador de Mudança do Clima (*Produto 2*)

- Definição da estrutura do evento, sugestão de programa, temas, e workshops que possam ser paralelas ou parte do evento, e identificação de potenciais palestrantes e colaboradores.
- Palestrantes e participantes: Colaborar com a PMS, MMA e GIZ nos convites aos palestrantes e discutir os conteúdos das apresentações: Colaborar com a Prefeitura, Ministério do Meio Ambiente e GIZ na lista de participantes e convidados que possam contribuir com elevado nível de participação e discussão.
- Plano de visibilidade: Antes da realização do evento, produzir briefing do evento e perfis de palestrantes (com *minibio* e fotos) para auxiliar na divulgação do evento.
- Data: O evento inaugural do Painel Climático será realizado em um dia, podendo ocorrer workshops temáticos no dia seguinte. O evento deve ter lugar no mês de abril de 2019.

- Número de participantes: Deve ser definido com o ponto focal da PMS a quantidade de pessoas em termos de a) membros do Painel, e b) participantes do evento de inauguração.

Objetivo específico 3 – Legado do evento inaugural e continuação do Painel de Salvador de Mudança do Clima

- Análise crítica para construção dos próximos passos, eventos e projeção de iniciativas que poderão ser continuadas.
- Relatório de custos e gastos.
- Projeção do evento seguinte, incluindo sua possível frequência, data e conteúdo.

4. Realização do trabalho

O trabalho será realizado em três pacotes:

- **Plano inicial de trabalho**, incluindo cronograma, sobre como a consultoria irá ser a desenvolvida para atingir o seu objetivo geral e os três objetivos específicos e qual será demandado em termos de apoio, informação, dados, contatos, entre outros insumos. Apresentação e discussão do plano de trabalho com a PMS, o MMA, e a GIZ.
- **Relatórios intermediários / mensais** em pertinência com as atividades previstas. Esses relatórios deverão informar: 1) os avanços dos trabalhos realizados, as atividades e intervenções feitas, 2) atualizações de agendas com as atividades previstas para as etapas seguintes, bem como previsão e ajustes para finalização do trabalho.
- Realização de reuniões de alinhamento periódicas com o Ponto Focal da PMS para levantamento de demandas de suporte, levantamento de informações e atualização do plano de trabalho. Um dos relatórios intermediários deve ter como tema único um resumo sobre a modelagem do Painel Climático Municipal, enquanto o outro deve resumir como foi preparado e gerido o evento da inauguração do Painel. O pacote será realizado quando estiver atingido o objetivo específico 3 e todas as atividades dele. Todo o material desenvolvido ao longo da realização das atividades deve ser anexado aos relatórios.
- **Relatório de Finalização do trabalho**, consistindo no legado do evento inaugural e sugestões para a continuação do Painel Climático.

5. Supervisão

O consultor será guiado em seu trabalho pelos pontos focais da Diretoria de Resiliência da Secretaria da Cidade Sustentável e Inovação (SECIS) da Prefeitura Municipal de Salvador

(PMS), da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, e do Ministério de Meio Ambiente (MMA).

A GIZ será responsável pela contratação do Consultor. A validação do cronograma de trabalho e do relatório final do Consultor para apresentação à SECIS, e em conjunto com a GIZ e com o MMA.

A SECIS servirá de ponte para a interlocução com as demais secretarias para a obtenção de dados e informações necessárias para a realização do trabalho, e servirá como ponto focal da preparação e implementação do trabalho do Consultor no local.

Serão definidas as responsabilidades da SECIS/PMS, MMA e GIZ em relação ao local de evento, logística, comunicação e publicidade do evento. A participação e apoio de entidades afins será acordado entre SECIS/PMS, GIZ e MMA.

O Consultor continua sendo o único responsável por todos os serviços relacionados à sua missão e à entrega dos produtos.

O Português é a língua de trabalho.

6. Produtos e prazos

O contrato terá duração entre o período de **11/02/2019 a 30/06/2019**, sendo previstos até 45 dias úteis de trabalho. O prazo de entrega do produto final para o dia 15/05/2019. Qualquer alteração de produtos e prazos deverá ser acordada entre as partes.

Descrição do produto	Dias Úteis	Prazo de entrega	Lugar	Formato
Produto 1: Plano inicial de trabalho, incluindo cronograma, sobre como a Consultoria irá ser implementada. Apresentação e discussão do plano de trabalho com a PMS, o MMA, e a GIZ.	2 dias	Até o dia 16/02/2019	Home Office	Word
	3 dias		Salvador	
Produto 2: Relatórios intermediários / semanais em pertinência com as atividades previstas.	27 dias	Semanalmente entre 20/02/2019 e 29/03/2019	Home Office	Word
	2 x 4 dias		Salvador	

Produto 3: Relatório de Finalização do trabalho.	5 dias	Até o dia 15/05/2019	Home Office	Word
--	--------	-------------------------	----------------	------

7. Requisitos e qualificações

Para a consecução das atividades definidas na etapa anterior, o presente TdR busca uma Consultoria a ser conduzida por um Consultor Individual. O Consultor deve ter experiência comprovada na concepção, organização e preparação de eventos, congressos de médio e/ou grande porte na região do estado de Bahia. que tenha como foco sustentabilidade, mudança climática e temas afins com a proposta de evento deste TdR.

8. Apresentação dos produtos

Os produtos deverão ser apresentados com capa de identificação contendo as seguintes informações: nome do (a) consultor, título da consultoria, número do contrato, número e nome dos produtos.

9. Pagamento (Aprovação)

Os pagamentos serão efetuados após a assinatura do contrato, aprovação dos produtos e apresentação de Nota Fiscal e/ou Fatura.

O processo de revisão e aprovação técnica dos produtos inclui a avaliação do assessor técnico da GIZ e da Prefeitura Municipal de Salvador. O pagamento dos produtos dependerá da qualidade técnica dos produtos, sendo exigida a correção ortográfica e gramatical na primeira versão entregue.

A aprovação final dos produtos e a autorização para pagamento estão a cargo do AV do projeto.

Prevê-se até três viagens entre o domicílio do Consultor e Salvador para a realização do trabalho. Todavia, o custeio das viagens ficará à cargo do Consultor e não da GIZ.

Considerações finais

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para a GIZ e o MMA. A reprodução total ou parcial requer expressa autorização, reconhecendo-se a propriedade intelectual. Serão dados os devidos créditos de autoria de mapas, fotos, filmes e demais registros que venham a ser usado para fornecer informações sobre o estudo, a critério da instituição contratante.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização à GIZ e o MMA.

Código de Conduta

A gestão interna da GIZ visa promover a equidade de oportunidade e de perspectivas, independente da identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade. A diversidade de seu pessoal, assim como um ambiente corporativo regado pelo respeito e apreço mútuos, representa para a GIZ um sinal de êxito e excelência em seu trabalho. A GIZ prioriza a indicação de mulheres, de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersex), pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência para palestras, representações, entrevistas e até mesmo vagas de emprego.

Assim, o (a) consultor (a) ou empresa selecionado (a) deverá respeitar a diversidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, classe social, religião e idade e assumir atitudes que, com efeito multiplicador, ajudará a promover a igualdade entre os diversos atores envolvidos na consultoria desse TdR, adotando as seguintes posturas:

- **Postura pessoal**

- Escute e dê crédito a ideias de suas (eus) colegas de trabalho, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade, mantenha a atenção para situações de vulnerabilidade, respeite sua oportunidade de fala e apoie as ideias de suas colegas de trabalho;
- Fale sobre assuntos relacionados a gênero, escute e tenha empatia com quem é prejudicada (o) pelas desigualdades – em especial as mulheres, leia sobre o tema e incentive essa discussão nos espaços que circula, seja na empresa, organização, reuniões ou palestras;
- Questione e combata o assédio sexual, seja um exemplo de respeito às mulheres e não se cale diante da denúncia ou testemunho a um assédio;
- Questione a ideia de que existem atividades de homens e atividades de mulheres, evite atribuir certas atividades apenas a mulheres, simplesmente porque são tidas como “atividades femininas”;

- **Ao prestar o serviço**

- Seja um exemplo de respeito aos direitos das mulheres, de LGBTI, das pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e idosas (os) para suas (seus) colegas de trabalho. Evite piadas que degradem esses grupos;
- Procure estar sempre informada (o) sobre as políticas de promoção da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho, busque divulgá-las e respeitá-las. A

implementação de estratégias de promoção de equidade de gênero visa uma transformação de cultura interna e pode impactar também externamente;

- **Orientações corporativas**

- Apoie iniciativas de acesso e permanência de mulheres, de LGBTI, pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência no campo do desenvolvimento sustentável, que encontram inúmeros obstáculos para ocuparem espaços de decisão e poder em nossa sociedade.

Brasília, 28 de janeiro de 2019

Michael Scholze

Diretor

Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à
Mudança do Clima – PROADAPTA

Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH